



Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina
Fundado em 29 de abril de 1983

16 de agosto de 2006.
OF. G-03/06 Nº 074.06

A Senhora

Maria Angélica Michelin

Chefe Seção de Relações de Trabalho da Delegacia Regional do Trabalho
Florianópolis, SC

SENAPRO	
MINISTÉRIO DO TRABALHO	
S E R V I Ç O	NUMERO DE IDENTIFICAÇÃO
	46220.007835/2006-09



Prezada Senhora,

O SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE SANTA CATARINA - SEAGRO/SC, entidade sindical de primeiro grau, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 78.664.414/0001-02 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho através da Carta Sindical nº 012.029.01915-3, estabelecido na Rua Adolfo Melo, 35 - Centro Executivo Via Veneto - sala 1002, Centro, Florianópolis, S/C, representado pelo seu diretor presidente **José Salomão Koerich**, Engenheiro Agrônomo, CPF nº 196.090.430-20 e de outro lado o **SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, entidade sindical de primeiro grau, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 82.512.864/0001-57 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho através da Carta Sindical nº 46000.010700/93, estabelecido na Rua Vidal Ramos, nº 224, Centro, Florianópolis, SC, neste ato representado pelo seu presidente **Neivor Canton**, Advogado, CPF nº 163.531.459-34, em cumprimento ao disposto na Instrução Normativa SRT/MTE nº.01, de 24 de março de 2004, solicitam o depósito, registro e posterior arquivamento da presente Convenção Coletiva de Trabalho autorizada pela Assembléia Geral realizada em sessões regionais no período de 20 a 23 de março de 2006 e firmado pelos representantes abaixo assinados. Para tanto, apresentam quatro vias originais do instrumento a ser depositado, registrado e arquivado, nos termos do inciso II, do art. 4º, da Instrução Normativa SRT/MTE nº 01, de 24 de março de 2004.

Florianópolis, 16 de agosto de 2006.

Eng. Agr. José Salomão Koerich
Diretor Presidente do SEAGRO-SC

Anexo : cópia carta sindical.

SEAGRO/SC – Sindicato dos Engenheiros Agrônomos de Santa Catarina
SINDIOCESC – SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SC



Convenção Coletiva de Trabalho 2006/2007

Florianópolis/SC, data-base maio/2006

CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO 2006/2007



Pelo presente instrumento em que as partes, de um lado o **SINDICATO DOS ENGENHEIROS AGRÔNOMOS DE SANTA CATARINA**, entidade sindical de primeiro grau, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 78.664.414/0001-02 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho através da Carta Sindical nº 012.029.01915-3, estabelecido na Rua Adolfo Melo, 35 - Centro Executivo Via Veneto - sala 1002, Centro, Florianópolis, S/C, neste ato representado pelo seu diretor presidente **José Salomão Koerich**, Engenheiro Agrônomo, CPF nº 196.090.430-20 e de outro lado o **SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DE SANTA CATARINA**, entidade sindical de primeiro grau, devidamente inscrito no CNPJ sob o nº 82.512.864/0001-57 e reconhecido pelo Ministério do Trabalho através da Carta Sindical nº 46000.010700/93, estabelecido na Rua Vidal Ramos, nº 224, Centro, Florianópolis, SC, neste ato representado pelo seu presidente **Neivor Canton**, Advogado, CPF nº 163.531.459-34, firmam e celebram a presente **CONVENÇÃO COLETIVA DE TRABALHO**, redigida pelas cláusulas e condições seguintes:

CLÁUSULA 1ª - REAJUSTE SALARIAL

Os salários dos integrantes da categoria profissional serão reajustados a partir de 1º (primeiro) de maio de 2006 em 3,34% (três inteiros e trinta e quatro décimos de percentual), aplicados sobre os salários vigentes no mês de abril de 2006, correspondente à reposição de perdas salariais ocorridas no período compreendido entre 01 de maio de 2005 a 30 de abril de 2006, compensando-se as antecipações espontâneas e compulsórias concedidas no período, para todas as Cooperativas.

Parágrafo Único: Fica garantida aos empregados representados por este instrumento, a extensão de outros benefícios concedidos a categoria predominante celebrado através de instrumentos coletivos ou por liberalidade da Cooperativa.

CLÁUSULA 2ª - SALÁRIO EFETIVAÇÃO

Fica estabelecido a partir de 1º de maio de 2006, como salário mínimo profissional, o previsto na Lei 4.950-A, de 22 de abril de 1966, a ser pago aos Engenheiros Agrônomos, após o período de seis (6) meses de trabalho na Cooperativa.

CLÁUSULA 3ª - DÉCIMO TERCEIRO SALÁRIO

Ao empregado afastado em gozo de auxílio doença previdenciária, a Cooperativa pagará o 13º (décimo terceiro) salário integral, desde que não receba da Previdência Social e até o limite de seis (6) meses a partir do afastamento.

CLÁUSULA 4ª - LIBERAÇÃO PARA PARTICIPAÇÃO EM CONGRESSOS, CURSOS e SIMPÓSIOS

As Cooperativas liberarão os empregados pertencentes a categoria, cinco (5) dias para participarem de Congressos, Cursos e Simpósios de sua livre escolha.



CLÁUSULA 5ª - LIBERAÇÃO DOS DIRIGENTES SINDICAIS

As Cooperativas liberarão para tratar de assuntos de interesse da categoria profissional, seus empregados dirigentes sindicais eleitos, três (3) dias por ano sem prejuízo de sua remuneração e demais direitos contratuais.

CLÁUSULA 6ª - ADICIONAL NOTURNO

Fica assegurado ao empregado que prestar seus serviços em horário noturno, assim considerado o compreendido entre as 22 e 05 horas, um adicional de 30% (trinta por cento) sobre o valor da hora normal.

CLÁUSULA 7ª - GARANTIA DE EMPREGO

Será garantido o emprego nas seguintes condições:

- a) Ao empregado vítima de acidente de trabalho, afastado por mais de 16 (dezesesseis) dias, durante 12 (doze) meses que se sucederem a alta médica Previdenciária.
- b) A funcionária gestante, durante 60 (sessenta) dias que se sucederem ao término do prazo de afastamento compulsório, previsto na Constituição Federal.

CLÁUSULA 8ª - READMISSÃO DE EMPREGADOS

A duração do contrato de experiência para empregados readmitidos no mesmo cargo não poderá ser superior a 30 (trinta) dias.

CLÁUSULA 9ª - AVISO PRÉVIO

Ao empregado despedido sem justa causa que conte com 10 (dez) anos ininterruptos de serviço na mesma Cooperativa, o aviso prévio a ser dado ou indenizado será de 60 (sessenta) dias.

CLÁUSULA 10 – CONTRIBUIÇÃO ASSISTENCIAL

As Cooperativas descontarão de todos os seus profissionais Engenheiros Agrônomos no mês subsequente a assinatura deste instrumento, a importância correspondente a três (3) dias da remuneração mensal do empregado, repassando os valores descontados ao Sindicato até cinco (5) dias úteis, após o efetivo desconto a título de contribuição assistencial para custeio da campanha salarial e sistema confederativo da categoria sindical.

CLÁUSULA 11 - GARANTIA ESPECIAL DE EMPREGO

É assegurado o emprego aos empregados optantes pelo FGTS, durante 24 (vinte e quatro) meses imediatamente anteriores ao tempo mínimo necessário para a aquisição do direito à aposentadoria por tempo de serviço, desde que o empregado tenha mais de 10 (dez) anos, consecutivos ou não, prestados a mesma Cooperativa.



CLÁUSULA 12 - CONDIÇÕES DE TRABALHO

A Cooperativa compromete-se a fornecer instrumental básico de trabalho para a execução das atividades profissionais da Cooperativa.

CLÁUSULA 13 - RELAÇÃO DE EMPREGADOS

Por ocasião do recolhimento da contribuição assistencial as Cooperativas fornecerão ao Sindicato a relação dos empregados da categoria que sofrerem os descontos e respectivos valores.

CLÁUSULA 14 - RENEGOCIAÇÃO

As partes quando julgarem necessário, mediante prévia comunicação oficial, poderão retomar as negociações trabalhistas.

CLÁUSULA 15 - MENSALIDADES

As Cooperativas, mediante autorização escrita de cada profissional, descontarão do salário, o valor da mensalidade sindical, passando ao Sindicato da categoria até o 5º (quinto) dia útil, após o efetivo pagamento do salário.

CLÁUSULA 16 - DESVIO DE FUNÇÃO E ABRANGÊNCIA

Todo empregado pertencente a categoria profissional representado por este instrumento, devidamente registrado no Conselho Regional, que desempenhe suas funções técnicas, será abrangido pela presente Convenção Coletiva de Trabalho e Legislação pertinente à categoria, independente das anotações contidas em sua Carteira de Trabalho e Previdência Social e/ou Contrato Individual de Trabalho.

CLÁUSULA 17 - BANCO DE HORAS

Acordam as partes, que a partir da assinatura da presente Convenção Coletiva, comprometem-se em discutir o **Acordo de Banco de Horas**, respeitando a particularidade de cada um dos acordantes.

Parágrafo Único: Para as cooperativas que tiverem celebrado acordo de banco de horas com a categoria preponderante, este será estendido às categorias diferenciadas.

CLÁUSULA 18 - VIGÊNCIA

A presente Convenção Coletiva de Trabalho terá vigência de um (1) ano a contar de 1º (primeiro) de maio de 2006.

E, por estarem assim ajustados, firmam a presente em cinco (5) vias de igual teor e validade, das quais, uma será depositada no Ministério do Trabalho e Previdência Social INSS/DRT-SC, para fins de registro.

Florianópolis (SC), 04 de agosto de 2006.

**SINDICATO DOS ENGENHEIROS
AGRÔNOMOS DE SANTA CATARINA**

**SINDICATO E ORGANIZAÇÃO DAS
COOPERATIVAS DO ESTADO DE
SANTA CATARINA**